



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 40

CAPITAL FEDERAL •

SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A Apreciação DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dias 26 e 27 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-55 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 24 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1.º da Lei 3.640, de 10 de outubro de 1955, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 7.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedra Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição e do art. 1.º, nº IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedra Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1.º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

ATA DA 29ª SESSÃO,
EM 14 DE ABRIL DE 1966
(Extraordinária)

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA
ANDRADE

As 19 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro

SENADO FEDERAL

Eugênio Barros
Victorino Freire
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Vilaga
Ruy Carneiro
Domício Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ernirio de Moraes
Silvestre Pericles
Heribaldo Vieira
Dylton Costa
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho

Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valtaures
Nogueira da Gama
Moura Andrade
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Antônio Carlos

Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krleger
Gay da Fonseca

— 43 —

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE PARECERES

Parecer nº 246, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Sala das Sessões, 13 de abril de 1966 — Eurico Rezende, Presidente — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 246, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), é acrescido do seguinte parágrafo:

"Art.

§ 5º Os valores mensais das aposentadorias por invalidez ou por velhice serão, independentemente de qualquer formalidade, reajustados sempre que sejam inferiores ao do salário mínimo regional."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 247, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1966, que concede aposentadoria a Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-O, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1966, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada com os proventos correspondentes ao cargo de Diretor-Geral, PL, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, nos termos do art. 191, § 1º da Constituição Federal, combinado com os artigos 345, item IV e 349, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, a Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-O, Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves.

Sala da Comissão Diretora, em 14 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade — Camilo Nogueira da Gama — Dinarte Mariz — Gilberto Mariano — Barros Carvalho — Guido Mondin — Joaquim Parente.

Parecer nº 248, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1964 (nº 2.564-A, de 1965, na Câmara dos Deputados).

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1964 (nº 2.564-A-65, na Câmara dos Deputados), que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de país fronteiriço,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,
Ano	Cr\$	96
Exterior		
Ano	Cr\$	136

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	89-
Ano	Cr\$	76,
Exterior		
Ano	Cr\$	108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio do cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos das edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

e dá outras providências, emendado na outra Casa do Congresso.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 248, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1964, (número 2.564-A-65, na Câmara dos Deputados), que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de país fronteiriço, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 9º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. O prazo de residência, fixado no artigo 9º, nº I, será reduzido, quando o naturalizando preencher qualquer das seguintes condições:

I — ter filho ou cônjuge brasileiro;

II — ser filho de brasileiro ou brasileira;

III — recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística;

IV — ser agricultor ou trabalhador especializado em qualquer setor industrial;

V — ter prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Governo;

VI — ser ou ter sido empregado em missão diplomática ou repartição consular do Brasil, bem como de pessoa jurídica brasileira no exterior, e contar dez anos contínuos de bons serviços;

VII — ser natural de país fronteiriço ao Brasil;

VIII — ter, no Brasil, bem imóvel, do valor mínimo de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), ser agricultor ou industrial que disponha de fundos de igual valor, ou possuir, cota integralizada de montante pelo menos, idêntico, em sociedade comercial ou civil destinada principal e permanentemente, ao exercício da indústria ou da agricultura.

Parágrafo único A residência será de 1 (um) ano, no caso do nº II; de 2 (dois) anos, nos casos dos números I, VI e VII; e de 3 (três), anos nos demais."

Art. 2º O item VI do § 1º do artigo 10, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, alterada pela Lei nº 3.192, de 4 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI certidões ou atestados que provem, quando for o caso, as condições do art. 9º, ns. I e VIII."

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 249, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 249, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 250, de 1966

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965 (número 235-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965 (nº 235-B-65, na Casa de origem), que aprova o Acórdão Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 250, DE 1966

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965 (número 235-B-65, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1966

Aprova o Acórdão Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Art. 1º É aprovado o Acórdão Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, membros da Junta de Assistência Técnica.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 251, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1966, que concede aposentadoria a Alcides de Oliveira, Ajudante de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1966, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, nos termos do art. 1º da Resolução número 37, de 23 de novembro de 1962, combinado com os artigos 5º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1948: 1º da Resolução nº 16, de 1963; e 345, item IV da Resolução nº 6, de 1960, no cargo de Porteiro, PL-6, com os proventos de Chefe da Portaria, PL-3, e a gratificação adicional a que faz jus, o Ajudante de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Alcides de Oliveira.

Sala da Comissão Diretora, 14 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade. — Camilo Nogueira da Gama. — Dinarte Mariz. — Gilberto Marinho. — Barros de Carvalho. — Joaquim Parente. — Guido Mondin.

Parecer nº 252, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965, que amplia vantagens constantes do art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Atendendo à melhor técnica legislativa a Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965, com novo texto sem, no entanto, alterar-lhe a substância.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 252, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965, que altera o artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 79 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) passa a vigorar acrescido do inciso e parágrafo seguintes:

“XIII — Licença, até o limite máximo de 2 (dois) anos, ao funcionário acometido de moléstia considerada no art. 104 e outras indicadas em lei.

Parágrafo único. A licença prevista no inciso XIII será considerada como de efetivo exercício quando no que se refere à concessão das vantagens consignadas no art. 180 desta lei.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 253, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965, que suspende, nas partes que mencionam, a execução da Constituição do Ato das Disposições Constitucionais

nais Transitórias do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 253, DE 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 52 DE 1966

Suspende, nas partes que mencionam, a execução da Constituição e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de São Paulo

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 3 de outubro de 1947, pelo Supremo Tribunal Federal, na Representação nº 96, a execução do art. 69, § 2º do art. 16, alínea I do art. 21, alínea d do art. 43, parágrafo único do art. 44, § 1º do art. 45, alíneas a, b e d do art. 65, art. 66, § 1º do art. 77, arts. 85 e 87 e parágrafo único do art. 146 da Constituição e inciso I do art. 3º (quanto à nomeação de Prefeitos), art. 28 e alínea f do art. 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 254, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1965

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1966, que suspende a execução das Leis ns. 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 254, DE 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1966

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1966

Suspende a execução das Leis ns. 2.361, 2.362, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 10 de novembro de 1955, na Representação nº 575, a execução das Leis ns. 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a Mesa, comunicação que vai ser lida.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 13 de abril de 1966.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do país, a partir do dia 18 do corrente, a fim de, visitar a República da China, a convite do Governo daquele país. — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Eugênio Barros. (Pausa).

S. Exª desiste da palavra. (Pausa). Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1966 (nº 1.635-B-63 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender as despesas que especifica, tendo parecer favorável, sob nº 207, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Irá a sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 1966

(Nº 1.035-B, de 1963, na origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender as despesas que especifica

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas com a execução das Leis ns. 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e a suplementação dos recursos financeiros da autarquia na execução do “Plano Trienal 1963-1965”, inclusive indenização ao DNER, nas seguintes rodovias:

	Cr\$
1) Encargos decorrentes das Leis números 3.967-61 e 4.069, de 1963	3.000.000.000
2) BR-030 — Trecho Brumado-Maraú ..	4.337.475.600
3) BR-101 — Natal-Petra de Santana ..	551.000.000
— Rio de Janeiro ..	2.480.000.000
— Divisa PR/SC-Osório ..	2.597.000.000
4) BR-116 — Fortaleza-Feira de Santana ..	2.511.000.000
— Volta Redonda-Fão Paulo ..	559.300.000
5) BR-135 — S. Luís-Peritoró ..	754.000.000

6) BR-163 — Rio Brilhante — Rondonópolis	90.000.000
7) BR-232 — Recife-Salgueiro	650.000
8) BR-262 — Vitória-Uberaba	3.245.000.000
9) BR-267 — Presidente Epitácio-Rio Brilhante	411.000.000
10) BR-277 — Paranaíba-Foz do Iguaçu ..	2.275.000.000
11) BR-285 — Vacaria-São Borja	403.000.000
12) BR-293 — Porto Alegre — Uruguaiana ..	253.000.000
13) PR-394 — Natal-Boqueirão do Ceará ..	40.160.000
14) BR-319 — Porto Velho-Araripe ..	16.000.000
15) BR-364 — Cuiabá-Porto Velho ..	823.400.000
16) BR-455 — Ipatinga-BR-116 ..	4.500.000.000
17) BR-462 — Rio de Janeiro-Volta Redonda ..	225.000.000
18) BR-468 — Curitiba-Divisa PR/SC ..	60.000.000
Total	29.441.000.000

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1966, nº 3.836-B, de 1962 na Casa de origem, que retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Piau, e de outras providências, tendo parecer favorável sob nº 237, de 1965, da Comissão de Serviço Público Civil, com a emenda que oferece sob nº 1-CSN.

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1966

(Nº 3.836-B, de 1962, na Casa de origem)

Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que “cria Coletorias Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Piau, e de outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No art. 1º da Lei número 3.855, de 18 de dezembro de 1960, onde estão enumerados os municípios do Estado da Bahia, é feita a seguinte retificação:

“Onde se lê:

“Ibicari” e “Coara”,
Leia-se, respectivamente:
“Ibicari” e “Coaraci”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) —

Em votação a emenda.
Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.
A matéria vai à Comissão de Redação.

E a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-OSPO

Ao artigo 1º

Dê-se ao art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 1º As expressões: Ibicari e Cpará, constantes do art. 1º da Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, são retificadas para Ibicarai e Ccarai, respectivamente".

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1966 (nº 4.845-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 para o fim que especifica, tendo parecer favorável, sob nº 215, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 14, DE 1966

(Nº 4.845-B-62, na Casa de origem.)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros), para o fim de atender ao pagamento de vencimentos e vantagens, referentes aos exercícios de 1960 e 1961, do pessoal do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 193-A-64, na Casa de origem), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 235 e 226, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Val à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1966

(Nº 193-A-64, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966 (nº 3.378-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo e da outras providências (incluído em Ordem do Dia, nos termos do artigo 171, nº III, do Regimento Interno), tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 244, de 1966, pela inconstitucionalidade, com voto em separado do Senhor Senador Afonso Arinos, subscrito também pelo Senhor Senador Heribaldo Vieira e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

A matéria foi ontem retirada da Ordem do Dia, para audiência da Comissão de Justiça.

Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho, para pronunciar o Parecer daquela Comissão.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça esteve reunida, examinando o expediente encaminhado pela Presidência à sua apreciação, envolvendo a mensagem pela qual o Governo pede o arquivamento do Projeto de Lei nº 18, de 1966, cuja discussão e votação V. Exa. acaba de anunciar.

A Comissão, por unanimidade de votos, oferece o seguinte parecer ao exame do Plenário:

(Lê)

Considerando seu parecer anterior, contrário ao projeto de lei da Câmara nº 18, de 1966;

Considerando a mensagem do Poder Executivo, que pede o arquivamento do projeto, oriundo de sua iniciativa, mas que já transitou pela Câmara dos Deputados;

Considerando que, nos termos do Regimento Interno (art. 324), o caso não é de arquivamento por estar prejudicada a proposição;

Considerando, entretanto, que a rejeição do projeto, proposto no pare-

cer mencionado, importa, de qualquer modo, em arquivamento da proposição medida que também pode ser expressamente sugerida pelas Comissões — (Reg. Int., art. 136, § 1º);

— opina pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966. Sala das Comissões, em 14 de abril de 1966.

Está assinado pelo Senador Milton Campos, Presidente e pelos demais membros da Comissão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — E discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o último parecer da Os Srs. Senadores que o aprovam Comissão de Constituição e Justiça, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. O projeto será arquivado.

E o seguinte o projeto que será arquivado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 18, DE 1966

(Nº 3.378-B-65, na Casa de origem) Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo, e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o MVOP autorizado a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias em cujo gozo se acham os trabalhadores marítimos, portuários, estivadores, conferentes e concertadores de carga e descarga, vigias portuários e outras categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo.

Art. 2º Para execução do disposto no artigo anterior, o MVOP efetuará o imediato levantamento das vantagens, benefícios e regalias não previstos expressamente em lei, e, uma vez obtida a concordância do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, que se pronunciará no prazo de trinta dias, baixará os atos fundamentais para o respectivo cancelamento ou

enquadramento nas disposições legais vigentes.

Art. 3º Os Conferentes-Chefes, os Concertadores-Chefes e os Ajudantes não podem ser empregados, simultaneamente, em mais de um navio, em operação de carga e descarga.

Art. 5º Os níveis salariais das categorias de trabalhadores referidas nesta Lei serão estabelecidos, sempre que possível, em harmonia com os níveis de remuneração da mão-de-obra equivalente no mercado nacional de trabalho.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional se reunirá hoje às 21 horas e 30 minutos, para a discussão e votação do veto presidencial.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando, para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 15 de abril de 1966 (Sexta-feira)

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 158-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, tendo pareceres favoráveis (sob ns. 225 e 226, de 1966) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 19 horas e 15 minutos)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 8, DE 1966

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar, nos termos do art. 222 da Resolução nº 6, de 1960, os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Aloisio Barbosa de Souza, Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna e Roberto Velloso para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito encarregada de apurar fal-

tas ao serviço de Mário Jager, Auxiliar de Limpeza.

Secretaria do Senado Federal, 14 de abril de 1966. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 23, DE 14 DE ABRIL
PORTARIA Nº 23, DE 14 DE ABRIL
DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Francisco Marinho Bandeira de Mello Júnior, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, 14 de abril de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC. nº 10 de 1966, que altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, criada pela Lei nº

mero 4.279, de 4 de novembro de 1963 e dá outras providências — Senador Jefferson de Aguiar — Favorável, com duas emendas. Aprovado e 16 de março de 1966. m.

PLC. nº 8 de 1966, que transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências — Senador José Guionard — Favorável. Aprovado em 16 de março de 1966.

PLC. nº 16 de 1966, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao equipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças — Senador Bezerra Neto

Favorável. Aprovado em 16 de março de 1966.

PLC. nº 11 de 1964, que efetiva a incorporação da Escola Nacional de Florestas à Universidade Federal do Paraná e dá outras providências. — Senador João Ermirio — Favorável, com uma emenda. Aprovado em 16 de março de 1966.

PLC. nº 17 de 1966, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal de Recursos e dá outras providências. — Senador Wilson Gonçalves — Favorável com uma emenda. Aprovado, em 22 de março de 1966.

SÍNTESE

Reunidas 3
Pareceres 5
Distribuições 6

Brasília, 1 de abril de 1966.

COMISSÃO DE FINANÇAS RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo.
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto Decreto Legislativo número 105-64 — Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e João Antônio Pereira Souto, como outorgado comprador. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66

Projeto Decreto Legislativo nº 37-65 — Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 424 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. — Senador Victorino Freire — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66

Projeto Decreto Legislativo número 48-65 — Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro de termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S.A., para constituição de aforamento de terreno de marinha e acréscido de marinha situado em Belém, Estado do Pará. — Senador Wilson Gonçalves — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto Decreto Legislativo nº 51-65 — Revoga o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Correios e Telégrafos e o Senhor Mikhail Naim Sayeg para locação de imóvel. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto Decreto Legislativo número 56-65 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, e "Pinho e Terras Limitada", como outorgada compradora. — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto Decreto Legislativo número 3-66 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coleção Federal

em Caxias do Sul — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto Decreto Legislativo número 4-66 — Aprova o contrato celebrado entre a SPVEA e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação da verba de Cr 10.000.000 — dotação de 1960 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de águas nas sedes de municípios do Estado do Amazonas. — Senador Wilson Gonçalves — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto de Lei da Câmara número 162-65 — Altera o artigo 95, § 3º, da Li nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) — Senador Wilson Gonçalves — Parecer contrário. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto de Lei da Câmara número 230-65 — Assegura recursos cambiais à Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). — Senador Victorino Freire — Parecer contrário. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto de Lei da Câmara número 306-65 — Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e dá outras providências. — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto de Lei da Câmara número 320-65 — stende aos trabalhadores avulsos o direito a férias. — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável ao Substitutivo da Comissão de Legislação Social. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto de Lei da Câmara número 12-66 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.400.000, para atender às despesas com o oferecimento de uma estufa de Tiradentes ao Povo e ao Governo da República dos Estados Unidos do México e de uma outra de Castro Alves ao Povo e ao Governo da República do Peru. — Senador Wilson Gonçalves — Parecer solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 9 de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e hum milhões de cruzreiros), para atender às despesas que especifica. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 14 de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzreiros), para o fim que especifica. — Senador Wilson Gonçalves. — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Decreto Legislativo nº 57 de 1965 — Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Estado maior do Exército e o Senhor Nelson Pimenta, para desempenhar da função de Cartógrafo. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 17 de 1966 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências. — Senador Atílio Fontana. — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 1966 — Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças. — Senador Victorino Freire. — Parecer favorável com emenda. O Senador Atílio Fontana assina com restrições. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 22 de 1966 — Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda. para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cineoscópio. — Senador Manoel Villaga. Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 19 de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importação digo importado pela Telefônica de Curvelo S. A. — Senador Atílio Fontana. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 20 de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de água, importado pela CASOL. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 21 de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG. — Senador Victorino Freire. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei do Senado nº 46 de 1964 — Dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, no Espírito Santo. (Apres. pelo Senador Antônio Carlos). — Senador Victorino Freire. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3 de 1965 — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel superior ao devido. — Senador Pessoa de Queiroz. — Parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Justiça. — Aprovado.

Em 29-3-66.

SÍNTESE

Número de Reuniões Realizadas 2
Número de Pareceres Proferidos 23
Número de Ofícios Recebidos . . . 1
Número de Ofícios Expedidos . . . 2
Número de Projetos Distribuídos 42
Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção.
Secretário: Carmelita de Sousa.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 7-61, que assegura aos atuais adjuntos de catedrático, em caráter provisório, do Magistério do Exército, com mais de dois (2) anos de exercício das funções, a recondução para os estabelecimentos de ensino onde lecionam, prevista no Decreto nº 37.966, de 4 de outubro de 1955 e dá outras pro-

vidências. — Senador Oscar Passos — Pela aprovação.

Aprovado, em 16 de março de 1966.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador Silvestre Péricles.

Em 18 de março de 1966

Requerimento nº 36, de 1966
Ementa: Solicitando ao Ministério da Guerra, informações sobre as despesas efetuadas com tropas do Exército em diversas regiões do País e no Exterior.

Brasília, 1º de abril de 1966.

SÍNTESE

Reuniões 2
Pareceres 1
Ofícios Expedidos 1
Requerimentos Distribuídos 1
Brasília, 1º de abril de 1966.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Dix Huit Rosado.
Secretário: Carmelita de Sousa.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 72-64, que dispõe sobre a contratação de obras e serviços pelo Poder Público com nações ou entidades estrangeiras e com organizações internacionais e dá outras providências. — Senador José Leite.

Pela aprovação do substitutivo da Comissão de Justiça.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

Projeto de Lei do Senado nº 56-65, que altera o § 3º do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942.

— Senador José Leite.

Pelo arquivamento.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

Projeto de Lei da Câmara nº 314-65, que autoriza a venda de imóveis da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, desnecessários aos seus serviços.

— Senador Eugênio Barros.

Pela rejeição.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador José Leite

Em 18 de março de 1966 (Redistribuído).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 242, de 1965

Ementa: Assegura franquia postal e telegráfica aos parlamentares e dá outras providências.

Ao Senador Ruy Carneiro

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 307, DE 1965

Ementa: Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Ao Senador Eugênio Barros

Em 10 de março de 1966

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 1965

Ementa: Autoriza a emissão de selo postal, em comemoração do cinquentenário da morte de José Veríssimo

Ao Senador Arnon de Melo

Em 18 de março de 1966

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 1965

Ementa: Altera normas de elaboração estatística do Sistema Nacional de Transportes e dá outras providências.

Brasília, 1º de abril de 1966.

SÍNTESE

Reuniões 2
Pareceres 3
Ofícios Expedidos 1
Projetos Distribuídos 3
Projetos Redistribuídos 1
Brasília, 1º de abril de 1966.

COMISSÃO DE SAÚDE**RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966**

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Secretário: Alexandre M. A. Mello.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLS nº 58, de 1965, que dispõe sobre o ensino da Puericultura, como disciplina dos cursos das Escolas Normais. — Senador Miguel Couto. — Favoravelmente a aprovação do Projeto.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
E CULTURA****RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966**

Presidente: Senador Menezes Pinto.

Secretário: Aracy O'Reilly de Souza.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 322, de 1965 — Estabelece o número de estrelas que devem figurar na Bandeira Nacional. — Senador José Leite. — Favorável. Aprovado em 17-3-66.

PDL nº 45, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 23 do mês de dezembro de 1964. — Senador José Leite. — Favorável. — Aprovado em 17-3-66.

PLC nº 162, de 1965 — Altera o artigo 05, § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional). — Senador José Leite. — Contrário. Aprovado em 17-3-66.

PLS nº 57, de 1965 — Denomina Dia da Independência a data de sete de setembro e traça normas para sua comemoração. — Senador Mello Braga. — Favorável. — Aprovado em 17-3-66.

PLS nº 16, de 1965 — Cria crédito especial às Cooperativas de Consumo de Sindicatos de Trabalhadores e de Estudantes. — Senador Mello Braga. — Contrário. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLS nº 66, de 1965 — Declara de utilidade pública a Fundação Pestalozzi, sediada em Belém, Estado do Pará. — Senador Gay da Fonseca. — Favorável. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLC nº 307, de 1965 — Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro. — Senador Gay da Fonseca. — Favorável. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLS nº 52, de 1965 — Isenta de prestação de exames de suficiência os professores com mais de 10 anos de magistério. — Senador Antonio Balbino. — Contrário. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLC nº 15, de 1966 — Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências. — Senador Josephat Marinho. — Parecer preliminar pela diligência ao Conselho Federal de Educação. — Aprovado em 24-3-66.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sen. Gay da Fonseca:

PLC nº 307, de 1965 — Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Dist. — em 15-3-66.

PLS nº 66, de 1965 — Declara de utilidade pública a Fundação Pestalozzi do Pará, sediada em Belém, Estado do Pará.

Dist. — em 17-3-66.

Ao Senador Antonio Balbino.

PLS nº 52, de 1965 — Isenta de prestação de exames de suficiência os professores com mais de dez anos de magistério.

Dist. — em 17-3-66.

Ao Senador Mello Braga.

PLS nº 57, de 1965 — Denomina Dia da Independência a data de sete de setembro e traça normas para sua comemoração.

Dist. — em 17-3-66.

PLS nº 16, de 1965 — Cria crédito especial às Cooperativas de Consumo de Sindicatos de Trabalhadores e de Estudantes.

Dist. — em 17-3-66.

Ao Senador José Leite.

PLC nº 322, de 1965 — Estabelece o número de estrelas que devem figurar na Bandeira Nacional.

Dist. — em 18-3-66.

PDL nº 45, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 23 do mês de dezembro de 1964.

Dist. — em 18-3-66.

PLC nº 162, de 1965 — Altera o artigo 05, § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Dist. — em 18-3-66.

Ao Senador Josephat Marinho.

PLC nº 15, de 1966 — Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências.

Dist. — em 15-3-66.

SÍNTESE

Número de Reuniões Realizadas 3
Número de Projetos Relatados 9
Número de Projetos Distribuídos 14

**COMISSÃO DE SERVIÇO
PÚBLICO E CIVIL****RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966**

Presidente: — Senador Vasconcelos Torres.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Assessor: Dr. Pedro Cavalcanti.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

1 — Projeto de Lei da Câmara número 329, de 1965 (nº 2.860-C-65, na Casa de origem), que "estende aos agentes fiscais do imposto de renda o direito previsto no art. 96 da Lei nº 4.502, de 20 de novembro de 1964." — Senador Adalberto Sena — Parecer, pela aprovação, com a emenda de nº 1-CSPC, que apresenta. Aprovado, em 30-3-66.

2 — Projeto de Lei da Câmara número 13, de 1966 (nº 3.836-B-62, na Casa de origem), que "retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1930, que "Cria Coletores Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências." — Senador Victorino Freire — Parecer, pela aprovação, com a emenda de nº 1-CSPC. Aprovado, em 30-3-66.

3 — Projeto de Lei da Câmara número 137, de 1965 (nº 1.642-B-64, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos civis, assegurados por sentenças concessivas de mandados de segurança, e dá outras providências." — Senador Victorino Freire — Parecer favorável. Aprovado em 30-3-66.

4 — Projeto de Lei da Câmara número 92, de 1964, que "Reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências." — Senador Victorino Freire — Parecer, pela aprovação das subemendas apresentadas pelas Comissões de Finanças e de Educação e Cultura. Aprovada, em 30-3-66.

DISTRIBUIÇÃO

Em 25-3-66

Avogados pelo Sr. Senador Adalberto Sena, no exercício eventual da Presidência:

— Projeto de Lei da Câmara número 18, de 1963, que "Cria Juntas de Conciliação e Julgamentos na 2ª Região da Justiça do Trabalho com sedes nas Comarcas que especifica."

— Projeto de Lei da Câmara número 47, de 1964, que "Concede aos servidores das Estradas de Ferro Santos — Jundiá e Leopoldina a faculdade de optarem pela qualidade de funcionários, e dá outras providências."

Ao Sr. Senador Sigefredo Pacheco:

— Projeto de Lei da Câmara número 157, de 1965, que "Da nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (que elveou o antigo Território do Acre à categoria de Estado)."

— Projeto de Lei da Câmara número 29, de 1966, que "Retifica a denominação de cargo da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, constante da Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963."

Em 30-3-66

Ao Sr. Senador Adalberto Sena:

— Projeto de Lei da Câmara número 33, de 1966, que "Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências."

RESUMO DOS TRABALHOS

Número dos Membros da Comissão — 7 (sete);

Número de Reuniões — 2 (duas);

Número de Projetos Distribuídos — 5 (cinco);

Número de Projetos Relatados — 4 (quatro);

Números de Projetos em Tramitação — 6 (seis);

Número de Ofícios Expedidos — 1 (um).

Senado Federal, 31 de março de 1966. — J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo. PL-7, Secretário da Comissão de Serviço Público Civil.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
SOCIAL****RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966**

Presidente: Senador Vivaldo Lima.

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 130, de 1964 — Dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados, e dá outras providências — Senador Eurico Rezende — Parecer favorável. Aprovado.

PLC nº 18, de 1963 — Cria três Juntas de Conciliação e Julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho, com Sede nas Comarcas que especifica — Senador José Guimard — Parecer contrário às emendas de plenário. Aprovado.

PLS nº 63, de 1965 — Dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural na comarca onde funciona o Conselho Arbitral — Senador Vivaldo Lima — Parecer favorável com emenda de nº 1 CLS. Aprovado.

Relação dos Projetos Distribuídos

— Data

PLS nº 65, de 1965 — Define a natureza das atividades dos Despachantes Aduaneiros e de seus Ajudantes — Senador Ruy Carneiro — Em 22 de março.

PLC nº 30-66 — Dispõe sobre o pagamento dos débitos das Prefeituras e de outros devedores da Previdência Social e dá outras providências. — Senador Eurico Rezende — Em 20 de março.

Reuniões Realizadas — 2 (duas).
Projetos Relatados — 3 (três);
Projetos Distribuídos — 2 (dois).
Cláudio I. C. Leal Neto, Secretário.

**COMISSÃO DO DISTRITO
FEDERAL****RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966**

Presidente: Senador Silvestre Péries.

Secretário: Alexandre M. A. Mello.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 313, de 1965, que concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000. (dez milhões de cruzeiros). — Senador Heribaldo Vieira — Favoravelmente a aprovação do projeto.

Indicação nº 1, de 1963, que indica à Comissão do Distrito Federal o exame dos problemas atinentes ao Plano de Ensino para Brasília. — Senador Eurico Rezende — favoravelmente a aprovação da indicação.

COMISSÃO DE ECONOMIA**RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966**

Presidente: Senhor Atílio Fontana.

Secretário Aracy O'Reilly de Souza.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 154, de 1965 — Altera a Lei nº 4.299 de 23 de dezembro de 1963 e dá outras providências. — Sen. José Leite — Favorável. Aprovado em 23-3-66.

PLS nº 82 de 1964 — Dispõe sobre a instalação, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usina de fertilizantes nitrogenadas e dá outras providências. — Sen. Adolpho Franco — Favorável, apresentando uma emenda supressiva ao art. 4º. Aprovado em 23-3-66.

PLS nº 1, de 1966 — Dispõe sobre o financiamento a agricultores e criadores não cadastrados pelo IBRA e dá outras providências. — Sen. Domício Gondim — Favorável ao Projeto e contrário à emenda da Comissão de Agricultura.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador Domício Gondim:

PLS nº 1 de 1966 — Dispõe sobre o financiamento a agricultores e criadores não cadastrados pelo IBRA e dá outras providências.

Dist. em 16-3-66.

PLC nº 52 de 1963 — Estabelece medidas de proteção à borracha, cria o Fundo Nacional da Borracha e transforma a Comissão Executiva de Defesa da Borracha no Conselho Nacional da Borracha e dá outras providências.

Dist. em 24-3-66.

Ao Senador Mello Braga:

PLS nº 129, de 1963 — Altera o Decreto-Lei nº 5.573, de 14 de junho de 1943 que dispõe sobre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Dist. em 16-3-66.

SÍNTESE

Número de reuniões realizadas — 2
Número de projetos relatados — 3
Número de projetos distribuídos — 5

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da
 Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Giuberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA**TITULARES**

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atílio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretária: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA**TITULARES**

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Araújo Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valladares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA**TITULARES**

Atílio Fontana
 João Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacarias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnou de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Buenc Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes Domício Gondim

ARENA**TITULARES**

Domício Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Anônio Carlos
Domício Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da FONSECA
Eurico Rezende
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Yasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Falcões

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.